

## CAPÍTULO 4

### A Influência da Religião na Educação: uma análise do contexto atual brasileiro\*

*Vanessa Scherer Ferreira*

#### 1. INTRODUÇÃO

O tema deste capítulo – religião e educação – tem como justificativa a inquietação e preocupação vivida por esta autora como professora da disciplina de Ciências na rede pública municipal de ensino, pois sentia muita dificuldade para trabalhar conteúdos considerados polêmicos, tais como a teoria da evolução, reprodução humana, etc. Com receio de que alguns pais e/ou responsáveis pelos alunos não se agradassem de uma abordagem que pudesse se contrapor aos seus preceitos morais e religiosos, procurava-se evitar trabalhar de forma mais aprofundada estes temas. Este receio é provocado por uma sociedade pautada na moralidade conservadora e religiosa, que está em constante conflito com a ciência e com o Estado laico. Esta experiência permitiu perceber que, ainda que o professor lecionasse um conteúdo científico, que pertence ao currículo escolar, suas ações são limitadas e cerceadas pela moralidade religiosa, algo que se presumia superado pela separação entre a igreja e o Estado. Segundo a Constituição Federal (de 1988), vigente no Brasil, o Estado é (ou deveria ser) laico, ou seja, espera-se uma sociedade saiba conviver com todas as vertentes religiosas, respeitando assim a liberdade de crença individual. No entanto, os crucifixos em tribunais, orações na sala de aula, a frase “Deus seja louvado” nas cédulas da moeda nacional demonstram que mesmo nos espaços públicos existe uma imposição teocrática do cristianismo, o que pode interferir diretamente no processo de ensino e aprendizagem, reflexo sentido em sala de aula, pelo receio em trabalhar conteúdos científicos que de alguma contrarie os preceitos religiosos dominantes da sociedade.

Apesar de ser perceptível a contínua influência religiosa no decorrer dos anos, ela está mais evidente do que nunca no contexto atual brasileiro, desde a eleição presidencial em 2018, com a (re)aproximação entre a religião e o Estado, alinhamento representado principalmente pelo presidente

---

\*DOI – 10.29388/978-65-86678-74-1-0-f.91-108

eleito, Jair Messias Bolsonaro, que faz questão de afirmar o caráter cristão do seu governo. Para manter este alinhamento, ele conta com o apoio dos principais líderes evangélicos do país, e da Frente Parlamentar Evangélica, que possui 38% do total de deputados federais<sup>1</sup>. Dessa forma, o governo federal está representado por ministros que seguem as ideologias do presidente, inclusive o ministro da educação. Tanto que, no começo do ano letivo de 2019, por meio do Ministério da Educação – MEC, o ministro na ocasião, Ricardo Vélez Rodríguez enviou uma carta às escolas públicas e privadas, pedindo que a mesma fosse lida diante dos alunos, professores e funcionários da escola juntamente com a execução do hino e da bandeira nacional. Ao final da carta, foi incluído o *slogan* da campanha eleitoral de Bolsonaro: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”<sup>2</sup>. Sendo este um claro exemplo da violação do Estado laico pelo próprio governo federal, tornou-se necessária esta análise da interferência religiosa na educação, com o intuito de compreender o atual contexto brasileiro.

A educação e a religião são assuntos antigos e praticamente inerentes à sociedade humana, a educação como necessidade de transmissão de conhecimento, sejam eles culturais, familiares ou científicos, e a religião, como necessidade de explicar o inexplicável, como fonte de esperança e crença em seres superiores e da perspectiva de recompensa no final da vida. A relação entre a educação e a religião passou a se tornar evidente em diversos períodos da história da humanidade, inclusive no Brasil. Um exemplo disso foi que em 1824, no artigo 5º da Constituição do Império do Brasil, a Igreja Católica Apostólica Romana foi declarada como a religião oficial do Estado<sup>3</sup>.

Dependendo da perspectiva, a religião pode assumir vários significados, pode-se dizer que um dos mais conhecidos é aquele que a considera como uma tentativa do ser humano de ter uma “religação” divina para sanar/diminuir o medo e as adversidades, como um auxílio e consolo espiritu-

---

<sup>1</sup> Reportagem publicada pelo Estadão em 2019, tendo como título: Bancada evangélica é 13 % mais governista. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bancada-evangelica-e-13-mais-governista,70003011090>. Acesso em: 07 jul. 2020.

<sup>2</sup> Reportagem publicada pela BBC News Brasil em 2019, tendo como título: Governo Bolsonaro: MEC pede que escolas toquem hino e leiam carta com slogan de Bolsonaro; advogados criticam. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47365603>. Acesso em: 08 jul. 2020.

<sup>3</sup> A condição de Estado confessional perdurou até o ano de 1891, quando a separação entre Estado e Igreja foi consagrada pela primeira Constituição Republicana. Fonte: Art. 72.º, § 7.º da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891.

al. No entanto, para além do próprio conceito da palavra, é possível perceber que, em diversos momentos da história da humanidade ela foi, e ainda é, utilizada como mecanismo de controle da população, servindo aos interesses da elite econômica. Esta tentativa de controle também ocorre com outra ferramenta importante da sociedade: a educação. Ou seja, a educação, bem como a religião, foram e ainda podem ser utilizadas como instrumentos de poder pela classe dominante.

Dessa forma, objetiva-se compreender a relação entre a educação escolar e a religião e sua influência na educação no contexto atual brasileiro. A pesquisa será bibliográfica, resgatando nos aspectos históricos a relação existente entre a religião e a educação escolar, identificando como esta associação pode interferir na educação dos dias atuais, especificamente na escola pública brasileira.

No primeiro e segundo tópico analisa-se a concepção de educação e religião sob a ótica de importantes autores das ciências humanas, levando em consideração o contexto histórico e ressaltando algumas similaridades e discordâncias entre estes pesquisadores sobre o tema. Em seguida, no terceiro tópico, analisa-se o atual contexto brasileiro, abordando as relações existentes entre a religião e a educação escolar.

## **2. CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO**

A educação é um fenômeno próprio dos seres humanos, pois o que diferencia o homem dos animais e outros seres vivos é a necessidade de produzir continuamente sua existência. Dessa forma, em vez de adaptar-se à natureza, o homem adapta a mesma para si, ou seja, a transforma. E esta transformação provém do trabalho, e, por ser algo que se antecipa a finalidade da ação, é um ato intencional. Ao extrair da natureza os meios de sua sobrevivência, o ser humano a transforma, criando um mundo humano, o mundo da cultura. Sendo assim, a educação é, uma exigência do e para o processo de trabalho, ao mesmo tempo em que ela própria é um processo de trabalho (SAVIANI, 2000). Ou seja,

Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto de trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender

a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo (SAVIANI, 2007, p. 154).

A educação pode ocorrer em espaços formais, como a escola e instituições educacionais, bem como em espaços informais que fazem parte da rotina diária, como o ambiente familiar e de trabalho. Segundo Gohn (2006),

A educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos, etc., carregada de valores e cultura própria, de pertencimento e sentimentos herdados; e a educação não formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas (GOHN, 2006, p. 28).

Mas, afinal, qual a função da educação formal/escolar? Apesar de a educação ser enaltecida em propagandas publicitárias<sup>4</sup> e campanhas políticas<sup>5</sup> como única forma de transformação social, fonte incorruptível de conhecimento, algumas vertentes teóricas apontam a educação e/ou a escola como um reflexo da sociedade, e, como tal, reproduz as condições materiais e sociais existentes nela. Sendo assim, torna-se necessária uma análise do papel da educação escolar, bem como os limites e possibilidades de transformação social por meio dela.

A concepção do papel da escola varia sob determinadas perspectivas. Quando se analisa a partir da perspectiva positivista, por exemplo, Émile Durkheim (1858-1917) defendia que a educação cria no homem um ser novo, expressando sua concepção de que a educação transforma o indivíduo, bem como a sociedade na qual ele está inserido. Uma vez que o social

---

<sup>4</sup> Peça publicitária do Portal Educa mais Brasil, veiculada no site G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/especial-publicitario/educa-mais-brasil/estudar-paratransformar/noticia/2017/07/como-educacao-e-capaz-de-criar-oportunidades-e-transformar-vidas>. Html. Acesso em: 07 jun 2020.

<sup>5</sup> Discurso de Tábata Amaral, posteriormente eleita como deputada federal pelo PDT, em 2018. Fonte: TALKS, TEDx, Por que a educação é o único caminho - Tábata Amaral. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mW0vMQbZ5oY>. Acesso em: 10 jul. 2020. 15:21

prevalece sobre o individual, o homem deve se adequar à sociedade, e isto se dá através da educação científica e moral, pois fazendo sua parte o indivíduo faz com que o organismo (sociedade) continue funcionando. Como resultado deste processo, há então a harmonia e o progresso, necessários para o bem coletivo.

Sendo assim, para Durkheim, a educação pode transformar o sujeito e a sociedade como desenvolvimento contínuo, ou seja, educar para adequar. Pela educação científica é possível criar uma sociedade harmônica, perfeita. Com a ciência, através da educação é possível criar um novo homem, pois “o indivíduo nasce uma tábula quase rasa”:

Portanto, a cada nova geração, a sociedade se encontra em presença de uma tábula quase rasa sobre a qual ela deve construir novamente. É preciso que, pelos meios mais rápidos, ela substitua o ser egoísta e associal que acaba de nascer por um outro capaz de levar uma vida moral e social. Esta é a obra da educação, cuja grandeza podemos reconhecer. Ela não se limita a reforçar as tendências naturalmente marcantes do organismo individual, ou seja, desenvolver potencialidades ocultas que só estão esperando para serem reveladas. Ela cria um novo ser no homem (DURKHEIM, 2012, p. 55).

Conforme a linha de pensamento do autor, pode-se definir que o professor deve estudar a sociologia para entender a sociedade e saber como formar um novo homem, por isso é chamado de pai da sociologia da educação<sup>6</sup>. Em suma, educação é pensada para adaptar o indivíduo em benefício da sociedade, pois Durkheim analisa o fato social através da sociedade e busca pelo equilíbrio, refletindo positivamente na sociedade.

Em contrapartida, o filósofo marxista Althusser (1918-1990), define a escola como Aparelho Ideológico do Estado (AIE), pois,

[...] o que se aprende na Escola? Vai-se mais ou menos longe nos estudos, mas de qualquer maneira, aprende-se a ler, a escrever, a contar, -portanto, algumas técnicas, e ainda muito mais coisas, inclusive elementos (que podem ser rudimentares ou pelo contrário aprofundados) de “cultura científica” ou “literária” diretamente utilizáveis nos diferentes lugares da produção (uma instrução para os

---

<sup>6</sup> Embora Auguste Comte (1798-1857) seja considerado tradicionalmente o pai da sociologia, foi com Émile Durkheim (1858-1917) que a sociologia passa a ser considerada propriamente uma ciência com metodologia.

operários, outra para técnicos, uma terceira para os engenheiros, uma outra para os quadros superiores, etc.). Aprendem-se, portanto “saberes práticos”. Mas, por outro lado, ao mesmo tempo que ensina estas técnicas e estes conhecimentos, a Escola ensina também as “regras” dos bons costumes, isto é, do comportamento que todo o agente da divisão do trabalho deve observar, segundo o lugar que está destinado a ocupar: regras da moral, da consciência cívica e profissional, o que significa exatamente regras de respeito pela divisão social-técnica do trabalho, pelas regras da ordem estabelecida pela dominação de classe. Ensina também a “bem falar”, a “redigir bem”, o que significa exatamente (para os futuros capitalistas e seus servidores) a “mandar bem”, isto é (solução ideal) a “falar bem” aos operários, etc (ALTHUSSER,1980, p.21).

Para Althusser, a escola reproduz os interesses do Estado, não existindo possibilidade de transformação a partir somente dela, pois serve aos interesses da classe dominante. Ou seja, a escola é um elemento de dominação ideológica, parte integrada ao Estado (sistema capitalista), que cria as possibilidades de representação das condições materiais, ideológicas, sociais de reprodução da sociedade capitalista, e por isso seu potencial para possibilidades de transformação é limitado. Para o autor, somente com a revolução e a reforma do sistema político e econômico a educação pública terá efeito na liberdade das classes menos favorecidas.

Já a partir do precursor da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) Dermeval Saviani (2013c), entende-se que a escola se constitui num fenômeno contraditório, pois, por um lado cumpre função de reprodução ideológica, por outro, pode possibilitar o acesso aos saberes socialmente produzidos e historicamente acumulados cujo domínio possibilitaria, por sua vez, a construção de uma perspectiva formativa crítica.

Com base nesse pensamento, a escola teria o papel de colaborar para uma mudança da sociedade, com uma prática educacional transformadora, diagnosticando as várias formas de indução à alienação, possibilitando assim, a formação do ser crítico. O papel da escola, nessa perspectiva, seria desmascarar as relações de dominação e exploração estabelecidas pelo capitalismo, trazendo a consciência da realidade social ao qual o indivíduo está inserido, bem como lutar pelo fim das desigualdades sociais e da dominação de uma classe social sobre a outra.

Apesar de Durkheim falar da educação de forma geral (formal e informal) e Althusser falar especificamente da escola, pode-se perceber uma

total divergência sobre o papel da educação escolar para o positivista Durkheim e o marxista Althusser, enquanto o primeiro acredita que a educação cria no homem um ser novo, o segundo defende que a escola é um aparelho ideológico do Estado, apenas uma ferramenta utilizada para a perpetuação da classe dominante e da sociedade capitalista. Já Saviani, com a PHC, percebe uma nova possibilidade para a educação escolar, reconhecendo que ela pode ser utilizada como uma ferramenta de dominação, mas também pode ser um meio de disseminação do conhecimento histórico e científico, possibilitando assim um pensamento crítico para que o trabalhador entenda sua realidade e a sociedade de classes a qual está inserido, pois

[...] cabe entender a educação como um instrumento de luta. Luta para estabelecer uma nova relação hegemônica que permita construir um novo bloco histórico sob a direção da classe fundamental dominada da sociedade capitalista – o proletário. Mas o proletário não pode erigir-se em força hegemônica sem a elevação do nível cultural das massas. Destaca-se aqui a importância fundamental da educação. A forma de inserção da educação na luta hegemônica configura dois momentos simultâneos e organicamente articulados entre si: um momento negativo que consiste na crítica da concepção dominante (a ideologia burguesa); e um momento positivo que significa: trabalhar o senso comum de modo que se extraia o seu núcleo válido (o bom senso) e lhe dê a expressão elaborada com vistas à formulação de uma concepção de mundo adequada aos interesses populares (SAVIANI, [1980] 2013, p. 3-4).

Entendido os limites e possibilidades da educação escolar para a transformação social, analisa-se no tópico seguinte a concepção de religião e qual o seu papel na sociedade.

### **3. CONCEPÇÃO DE RELIGIÃO**

Segundo Cury (2004), pode-se ter uma primeira definição do termo “religião” e da atribuição dada à religiosidade a partir de sua etimologia:

Religião vem do verbo latino religare (re-ligare). Religar tanto pode ser um novo liame entre um sujeito e um objeto, um sujeito e outro sujeito, como também entre um objeto e outro objeto. Obviamente, o religar supõe ou um momento originário sem a dualidade

sujeito/objeto ou um elo primário (ligar) que, uma vez desfeito, admite uma nova ligação (re-ligar) (CURY, 2004, p. 187).

Nessa perspectiva, a natureza do ser humano pode ser violenta, passível de conflitos, guerras e desentendimentos, sendo assim, existe a busca pelo pertencimento para “religar-se” aos seus iguais, à sua família e à sociedade. Essa busca se encaminhou de diferentes formas de religião, sendo elas “civis, laicas ou sacrais” (CURY, 2004, p. 187), incluindo-se a religião divina.

Partindo deste entendimento, percebe-se o porquê a religião se tornou tão necessária para os homens e mulheres, a crença no divino, a aceitação das adversidades pela recompensa no âmbito espiritual facilitou a influência da classe dominante, num interesse dual em manter o oprimido dócil, apegado à pacificidade e ao mesmo tempo, passivo a seguir os dogmas que desencorajam uma possível revolução, apregoado pelas instituições religiosas.

Durkheim concebe a ideia de religião no parecer da discrepância entre as expressões do que é sagrado e do que é ímpio. Evidencia conceitos cognitivos das réplicas comuns dos enternecedores em desvantagem a outras categorias mais específicas de doutrina celestial. Sua rejeição ao sobrenatural como critério seletivo dava-se em diferentes níveis. Em primeiro lugar, dizia ser a distinção entre as coisas sobrenaturais e naturais uma noção relativamente recente, existente em nossa sociedade moderna, mas não na maioria das sociedades humanas (cf. GUERRIERO, 2012, p. 12-13).

Para Durkheim, religião é

[...] um sistema solidário de crenças e de práticas relativas a coisas sagradas, isto é, separadas, interditas, crenças e práticas que reúnem numa mesma comunidade moral, chamada igreja, todos aqueles que a elas aderem (DURKHEIM, 2000, p. 32).

Dessa forma, em sua concepção, Durkheim afirma que os fenômenos físicos e sociais não podem ser mudados pelo ser humano, por isso, as revoluções são coisas impossíveis de serem realizadas pela sociedade. Conforme explica Löwy (2003), para Durkheim a sociedade é como um “organismo vivo” onde cada um possui o seu papel, a sua função, não podendo mudar essa realidade. “Assim, no organismo cada órgão não reclama senão uma quantidade de alimentos proporcional a sua dignidade.” E, com tudo



isso só se legitima e reforça cada dia mais a dominância da burguesia sobre o proletariado. (LÖWY, 2003, p. 28-29).

Para Althusser (1918-1990), o sistema capitalista divide basicamente a sociedade em duas classes: a classe burguesa, detentora dos meios de produção e a classe proletária, a qual precisa vender a sua força de trabalho para se sustentar. Ele divide a Infraestrutura em dois níveis: relações produtivas (base material das relações sociais, relação entre trabalho e capital) e forças produtivas (trabalho humano combinado com instrumentos - força de trabalho). Nesse sentido, situa a luta de classes nas relações produtivas, na base material de expropriação, que é a divisão entre capital e trabalho, pois é onde uma classe explora a outra.

Nesta perspectiva, o Estado está a serviço da classe dominante, e utiliza tanto dos aparelhos ideológicos do Estado (AIE), quanto dos aparelhos repressivos do Estado (ARE) para se manter:

Designamos pelo nome de aparelhos ideológicos do Estado um certo número de realidades que apresentam-se ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas. Propomos uma lista empírica, que deverá necessariamente ser examinada em detalhe, posta à prova, retificada e remanejada. Com todas as reservas que esta exigência acarreta, podemos, no momento, considerar como aparelho ideológico do Estado as seguintes instituições (a ordem de enumeração não tem nenhum significado especial): AIE religiosos (o sistema das diferentes igrejas); AIE escolar (o sistema das diferentes "escolas", públicas e privadas); [...] (ALTHUSSER, 1985, p. 68).

A classe "explorada" se mantém assim devido à atuação dos aparelhos ideológicos do Estado, o que possibilita compreender que a religião e a educação são importantes AIE para a classe burguesa, uma vez que a ideologia tem um papel fundamental para a burguesia dentro do sistema capitalista, ajudando-a se manter como classe dominante. Em síntese, para Althusser, não há transformação via ideologia, pois a luta de classes está enraizada nas relações de trabalho, para haver transformação/revolução precisa haver um rompimento com a estrutura capitalista.

A partir das concepções dos autores, percebe-se novamente uma divergência sobre o papel da religião na sociedade, Durkheim, apesar de afirmar não ter encontrado prova da existência de um deus, percebia a religião como uma ferramenta social, uma forma de unir as pessoas e promo-

ver a união social. Já para Althusser, a religião, assim como a educação, faz parte dos aparelhos ideológicos do Estado, uma ferramenta para perpetuação da classe dominante.

Diante do exposto, analisa-se no próximo item o contexto atual brasileiro, explorando a relação entre educação e religião, a partir da discussão sobre o papel da educação e religião tratada nos itens anteriores.

#### **4. RELAÇÕES ENTRE RELIGIÃO E EDUCAÇÃO: CONTEXTO ATUAL BRASILEIRO**

Desde sua eleição como presidente da república federativa do Brasil em 2018, Jair Messias Bolsonaro conduz seu governo pautado na religião, moralismo e conservadorismo. Tal postura se justifica, principalmente, pelo grande apoio que teve dos militares e da comunidade cristã no período de campanha eleitoral, que tinha como *slogan*: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Agradou aos militares a defesa nacionalista feita por Bolsonaro, assim como a glorificação exacerbada da ditadura militar que ocorreu no Brasil no período de 1964 a 1985, marcada pela violação de direitos humanos, censura, execução e tortura aos que se opunham ao regime ditatorial, o que Bolsonaro denomina como “um período positivo” (BOLSONARO, 2016), demonstrando inclusive publicamente, uma admiração particular pelo coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, primeiro militar condenado pelas torturas praticadas na ditadura.

Boa parte da comunidade cristã foi seduzida pelo discurso conservador e moralista de Bolsonaro, que acumulou polêmicas ao tecer críticas à comunidade LGBTQIA+<sup>7</sup>, ao comunismo, aos movimentos políticos e sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e os movimentos em defesa dos indígenas, negros e das mulheres. Outro ponto marcante em sua campanha foi a defesa de um Estado cristão, conforme sua manifestação em 2017, em um evento na Paraíba: “Somos um país cristão. Não existe essa historinha de Estado laico, não. O Estado é cristão. Vamos fazer o Brasil para as majorias. As minorias têm que se curvar às majorias. As minorias

---

<sup>7</sup> Sigla que representa o movimento a favor da diversidade de orientação sexual e identidade de gênero, sendo que a letra L representa lésbicas, a letra G gays, a letra B bissexuais, a letra T transgêneros, transexuais e travestis, a letra Q queer, a letra I intersexo, a letra A assexuais e o símbolo + representa outras possibilidades de orientação sexual e identidade de gênero que possam existir.

se adequam ou simplesmente desaparecem”<sup>8</sup>.

Apesar da defesa do cristianismo na política ganhar maior visibilidade com a eleição de Bolsonaro, este movimento já tem como representantes, desde 1986, parlamentares da bancada evangélica, que se unem para defender os interesses e valores cristãos. As pautas variam entre a defesa pela isenção de impostos dos templos religiosos à contrariedade a assuntos “morais” como o casamento civil homoafetivo, aborto, maioria penal, entre outros. Ou seja, apesar de o Estado ser laico, existe uma bancada que defende exclusivamente os valores cristãos que entram em pauta no congresso nacional. Projetos de lei relacionados à educação com cunho religioso também foram defendidos pela denominada bancada evangélica, tais como: Escola Sem Partido, movimento contra ideologia de gênero, dentre outros.

Apesar desta articulação política tanto no congresso quanto do próprio governo de passar a imagem de um país cristão, a Constituição Federal de 1988, ainda vigente, garante que o Brasil é um Estado laico:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

VI – é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias (BRASIL, 1988).

Um Estado laico tende a ser uma nação ou país neutro no campo religioso, tendo como princípio o respeito à liberdade religiosa, sem apoiar ou discriminar alguma religião específica. Apesar disso, o Brasil caminha a passos largos para voltar a ser um Estado confessional, talvez não legalmente, porém, já existe uma imposição velada dos valores cristãos na sociedade, que tem suas raízes firmadas no patriarcado. Eis a importância do debate contínuo sobre o assunto e da defesa do Estado laico.

---

<sup>8</sup> Discurso do então candidato à presidência da república, Jair Messias Bolsonaro, veiculado por um canal independente no Youtube, com o título: Bolsonaro diz que minorias devem desaparecer. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CACHA1Pev2g>. Acesso em: 10 ago. 2020.

A contradição entre a teoria e a prática do Estado laico reflete nas escolas, pois

[...] nas escolas brasileiras de hoje o conflito tem apresentado uma peculiaridade: não é um embate entre instituições sociais em antagonismos, mas uma cisão dentro da própria escola. Embora esse discurso legal afirme o caráter laico da escola pública, seu cotidiano está impregnado de religiosidade. Preces diárias, hinos eclesiásticos em cerimônias de formatura e uma pregação moral de natureza religiosa parecem ser diários de classe. Como compreender essa distinção entre os domínios da religião – modernamente concebida como uma decisão do âmbito privado – e o da formação escolar numa instituição pública? (CARVALHO, 2011, p. única).

A dificuldade de desvincular a moralidade religiosa no ambiente escolar pode ser explicada pelo próprio contexto histórico brasileiro, pois no período colonial (1530 a 1822) os jesuítas lecionavam com o intuito de catequizar os nativos que aqui viviam, seguindo com o Estado confessional no período imperial (1822 a 1889), tendo a separação efetiva entre o Estado e Igreja apenas no período republicano, ao ser promulgada a Constituição Federal em 1891. Ou seja, por mais de trezentos anos a sociedade brasileira teve uma influência direta da Igreja católica em todas as seus segmentos, inclusive na educação escolar. Entendendo que esta separação é relativamente recente, é possível reconhecer o porquê de ainda existir uma certa influência, ainda que velada, da religião nas escolas.

Apesar disso, é necessário entender que a educação escolar têm sido objeto constante de disputa ideológica, uma vez que ela pode ser, segundo Althusser (1918-1990), um Aparelho Ideológico do Estado, um meio de reproduzir a ideologia da classe dominante, com uma formação reprodutivista, sem possibilidades de viabilizar o pensamento crítico à classe dominada, mantendo-a assim, submissa à lógica capitalista.

Intenção diferente das tendências progressistas, como a Pedagogia Histórico-crítica, por exemplo, que segundo Saviani (2010) defende que

[...] a função social da escola é a de propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber. As atividades da escola devem organizar-se a partir dessa questão (SAVIANI, 2000, p.14).

Ou seja, ao invés da conservação da escola como uma ferramenta de alienação pelo próprio Estado, viabiliza-se aqui a aquisição dos conteúdos científicos historicamente acumulados pela humanidade, pois

[...] o domínio da cultura constitui instrumento indispensável para a participação política das massas. Se os membros das camadas populares não dominam os conteúdos culturais, eles não podem fazer valer os seus interesses, porque ficam desarmados contra os dominadores, que servem exatamente desses conteúdos culturais, para legitimar e consolidar a sua dominação. Eu costumo, às vezes, enunciar isso da seguinte forma: o dominado não se liberta se ele não vier a dominar aquilo que os dominantes dominam. Então, dominar o que os dominantes dominam é condição de libertação (SAVIANI, 2008, p.45).

Percebe-se então o porquê a educação escolar é objeto de disputa: ela pode servir para a formação técnica de mão de obra dos trabalhadores, ou como uma possibilidade de transmissão de conteúdos científicos, que possibilitam o pensamento crítico, a habilidade de ler e entender a realidade das relações sociais existentes e a transformação da sociedade. Segundo definição de Martins (2010),

O produto do trabalho educativo deve ser a humanização dos indivíduos, que, por sua vez, para se efetivar, demanda a mediação da própria humanidade dos professores. O objetivo central da educação escolar reside na transformação das pessoas em direção a um ideal humano superior, na criação das forças vivas imprescindíveis à ação criadora, para que seja, de fato, transformadora, tanto dos próprios indivíduos quanto das condições objetivas que sustentam sua existência social (MARTINS, 2010, p.15).

Entender os limites e possibilidades da educação escolar permite a compreensão do contexto atual brasileiro, pois com o avanço da extrema-direita no governo federal e no congresso, a presença do conservadorismo e da moralidade cristã retornam com força ao cenário educacional, resultando em projetos de leis que cerceiam a liberdade de cátedra do professor (como o Escola Sem Partido), uma vez que sente receio da reação dos pais ao abordar temas que conflitam com crenças religiosas, dificulta o respeito

à diversidade e à própria liberdade religiosa, uma vez que as religiões de matriz africanas ainda sofrem muito preconceito da sociedade.

É necessário destacar que, embora contribua, a religião não é o único fenômeno que faz do trabalho escolar um processo voltado à alienação. Mesmo na vertente laica, quando se centraliza o trabalho escolar na formação do sujeito para o mercado de trabalho, sem reconhecer o ser humano nas suas múltiplas dimensões – artística, emocional, criativa, etc. – a alienação também está presente. Tendo como exemplo disso o ensino apostilado, ensino voltado aos exames externos, ao vestibular e o ensino técnico.

No entanto, não se pode negar que existe uma exacerbação dos fundamentos religiosos aplicados na escola pública. Como exemplo disso, pode-se citar a inclusão do componente curricular de ensino religioso na BNCC; a contrariedade gerada em torno do tratamento das questões de gênero na escola – incentivada pela bancada evangélica e incorporada, no todo ou em partes; na reformulação dos planos estaduais e municipais de educação; no Projeto Escola sem Partido e ainda, na criação das escolas cívico-militares, entre outros fatos recentes.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A temática abordada na pesquisa está latente em panorama nacional e pode, entre outros fatos, ser exemplificada a partir dos eventos recentes no cenário nacional, caracterizados pela eleição de representantes políticos que defendem a orientação religiosa na determinação dos princípios civis. Visto que atinge inclusive a educação escolar, estes fatos representam um retrocesso para a consolidação do ensino público de qualidade, para o respeito à pluralidade de ideias, para a diversidade, enfim, para a própria democracia. Apesar disso, observou-se a contradição que consiste no apoio expressivo da população em torno destes ideais conservadores, tornando esta discussão necessária e importante.

A partir das análises realizadas principalmente sobre as obras de Durkheim, Althusser, levando em consideração as divergências e similaridades entre os autores, torna-se possível compreender porque a escola torna-se um lugar de disputa, pois pode possibilitar uma consciência crítica, mas também pode replicar a ideologia da classe dominante na sociedade. Se por um tempo essa tentativa de interferência era tímida, agora se mostra clara a partir dos projetos de lei apresentados e aprovados, bem como pelos contínuos ataques políticos (caracterizado inclusive pelo presidente da repúbli-

ca) aos conteúdos científicos acumulados historicamente pela humanidade, que representem a menor contrariedade aos seus princípios religiosos.

Sendo assim, conclui-se que é necessário um olhar mais atento ao fenômeno educação-religião que ressurgir, pois possui grande capacidade de influência na formação de ideias e na manutenção do sistema vigente. Ao debruçar-se nas diferentes vertentes teóricas, é possível observar como estes dois pilares importantes da sociedade são estratégicos ideologicamente para se estabelecer a ordem, harmonia ou alienação dos homens e mulheres, tornando-se crucial a ciência e compreensão de tal fenômeno.

## 6. REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. 3. ed. Lisboa: Presença, 1980.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do Estado**: nota sobre aparelhos ideológicos do Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil de 1824**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm). Acesso em: 07 ago. de 2020.

CARVALHO, José Sergio Fonseca de. Laicidade: educadores e responsabilidade política. **Revista Educação**, 2011. Disponível em: <http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/166/artigo233493-1.asp>. Acesso em: 06 fev. 2020.

CUNHA, Luiz Antônio. Religião, moral e civismo na educação brasileira. 1931/1997. **História Caribe**, vol. V, núm. 15, 2009, p. 123-137. Universidad del Atlántico Barranquilla, Colômbia.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ensino religioso na escola pública**: o retorno de uma polêmica recorrente. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n27/n27a12.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2020

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. 10ª ed. Trad. de Lourenço Filho. São Paulo, Melhoramentos, 1975.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GUERRIERO, Silas. A Atualidade da Teoria da Religião de Durkheim e sua Aplicabilidade no Estudo das Novas Espiritualidades. **Estudos de Religião**, v. 26, n. 42 Edição Especial • 11-26 • 2012 • ISSN Impresso: 0103-801X – Eletrônico: 2176-1078. Acesso em: 17 fev. 2020.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo, Cortez, 2003.

MARTINS, Lígia Márcia. **Formação de Professores, limites contemporâneos e alternativas necessárias**. [Online]. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

REVOLUÇÃO. Lute Pela. **Bolsonaro diz que minorias devem desaparecer**. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CAchA1Pev2g>. Acesso em: 10 ago. 2020.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 19. ed. Campinas, SP: Autores Associados, [1980] 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. Edição Comemorativa. Edição Comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. 9.ed. Campinas, Autores Associados, 2000. (Col. Educação Contemporânea). 122 p.



SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro: ANPED; Campinas: Autores Associados, vol. 12, n.34, 152-180, 2007.